

POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO SETOR PÚBLICO

Maria da Consolação Rocha^(*)

Resumo

Neste artigo analisamos a valorização do trabalho docente a partir do conceito de divisão sexual do trabalho em termos de coextensividade, buscando compreender como a política pública educacional pensa e executa uma política de valorização profissional do magistério.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Trabalho docente. Divisão sexual do Trabalho. Coextensividade.

Abstract

In this article we analyze the enrichment of work of teachers on the basis of the concept of sexual division of labor in terms of coextensivity. So, we try to understand how educational public policy thinks and implements a policy of professional development of teaching.

Keywords: Women's Work. Teaching Work. Sexual Division of Labor. Coextensivity.

Introdução

Neste artigo analisamos a valorização do trabalho docente, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho em termos de coextensividade, buscando compreender como a política pública educacional, ao assumir o discurso da igualdade entre homens e mulheres nos currículos e na prática pedagógica, pensa e executa uma política de valorização profissional (planos de carreira, política salarial, condições de trabalho). O artigo está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos a contribuição de estudos sobre o trabalho feminino na perspectiva da divisão sexual do trabalho, particularmente os estudos de Helena Hirata e Daniele Kergoat. Na segunda, retomamos os diversos debates ocorridos no setor educacional acerca do trabalho docente ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. Na última parte, buscamos compreender como a divisão social e sexual do trabalho repercute nas políticas de valorização do magistério, ofício majoritariamente feminino. Concluimos pela importância das

^(*) Professora da Faculdade de Educação da UEMG no curso de Pedagogia e como professora colaboradora no Mestrado em Educação e Formação Humana. E-mail: tuca564@ig.com.br.

contribuições dos estudos na perspectiva da divisão sexual do trabalho como fundamentais para a compreensão do pouco avanço das políticas educacionais no sentido da valorização do magistério da educação básica, composto, majoritariamente, por mulheres.

Os estudos sobre o trabalho a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho

O trabalho educacional, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, guarda forte vinculação com as tarefas de cuidado. As tarefas de cuidado são vinculadas às atividades domésticas, portanto, realizadas no espaço da casa, do lar, pelas “donas de casa”, vistas como “mulheres que não trabalham”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não inclui na População Economicamente Ativa (PEA) as donas de casas (que lavam, passam, cozinham, cuidam das crianças, idosos, pessoas doentes, entre outras tarefas cotidianas), considerando-as como inativas economicamente¹. Ora, sendo tarefas vinculadas ao cuidado, às relações de afeto, consideradas como inatividade econômica, que tratamento recebem das diferentes esferas de governo, quando são realizadas remuneradamente no espaço público, sobretudo, pelas mulheres?

A busca por respostas a estas questões implica compreendermos como o mercado de trabalho articula o trabalho doméstico e o trabalho “produtivo” e também como as políticas públicas articulam as políticas de valorização do trabalho feminino, especialmente, aquelas direcionadas ao magistério da educação básica, setor majoritariamente feminino, que envolvem os planos de carreira, a política salarial, a formação em serviço, entre outras.

Bruschini² afirma que a análise do trabalho feminino deve considerar três questões. A primeira é a necessidade de redefinirmos o conceito de trabalho, a fim de que nele caibam muitas tarefas realizadas cotidianamente pelas mulheres e por outros membros da sociedade. A segunda é considerarmos que “o trabalhador não é apenas

¹ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p.323-356.

² BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chaga, 1992, p.295.

uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano com características biológicas, pessoais, familiares e sociais que orientam e definem sua participação na atividade produtiva”³. A terceira questão, como consequência das demais, exige que consideremos elementos que definem a participação das mulheres no mercado de trabalho, tais como a posição na família, o ciclo vital, as condições sócioeconômicas de seu grupo doméstico.

Essas preocupações expressam a construção, ao longo dos anos, de conceitos que têm contribuído para os estudos sobre mulher e trabalho, envolvendo as dimensões ideológico-culturais, tais como as relações sociais entre os sexos, da divisão social e sexual do trabalho.

A compreensão das relações sociais de sexo como “relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas” ou como relações “antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas”, envolveu debate a respeito de qual dos seus componentes, opressão/dominação de sexo, ou superexploração econômica, deveria ser preponderante.

Danièle Kergoat⁴ conceituou essas duas relações sociais em termos de “coextensividade”, ou seja, as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e formam um sistema. Nesse sistema as relações sociais de sexo são caracterizadas nos seguintes termos: o antagonismo das relações entre os grupos, a origem social e não biológica das diferenças entre as práticas dos homens e das mulheres, a existência de uma base material para essa construção social, e a constituição das relações como expressão de poder, dominação e hierarquia.

Consideramos que o conceito de divisão sexual do trabalho em termos de coextensividade possibilita compreender como o mercado de trabalho articula as relações sociais de gênero/sexo. Essa concepção permite o rompimento conceitual com abordagem em termos de papéis e de funções e propicia inúmeras análises como: o questionamento do conceito de trabalho, ampliando-o “ao trabalho doméstico, ao

³BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chaga, 1992, p.295.

⁴KERGOAT, Daniele. “Plaidoyer pour un sociologie des rapports sociaux: de l’analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d’une nouvelle conceptualization” in: *Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p.207-220

trabalho não-remunerado, ao trabalho informal”⁵, contrapondo a noção de atividade ao conceito de emprego e de trabalho e possibilitando o questionamento de teorias como a da segmentação do mercado de trabalho e do exército industrial de reserva etc.

O pressuposto dessa concepção considera que “a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres”⁶.

Por isso, Hirata e Kergoat⁷ reafirmam a atualidade de uma abordagem teórica da divisão sexual do trabalho que integre as relações sociais entre os sexos, pois compreendem que

[...] a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo - e a dispensa do trabalho doméstico - e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres a querer entrar e se manter no mercado de trabalho.⁸

As autoras destacam que a expressão “trabalho doméstico” informa a sociedade salarial a que pertencemos, nascida no final do século XVIII, nos países do Norte, pois fora deste tempo e espaço o trabalho produtivo e/ou reprodutivo tem outras faces. A hipótese defendida por Hirata e Kergoat⁹ é que “em nossas sociedades salariais, a divisão do trabalho entre os sexos é o que está em jogo nas relações sociais de sexo”¹⁰, por ser o elemento central do poder dos homens sobre as mulheres. Assim, acreditam que ao suprimirmos “a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres” desmoronamos as relações sociais, “junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam”. Neste sentido, falar de divisão sexual do trabalho e de relações sociais de sexo remete a uma abordagem macrossociológica e envolve, “simultaneamente uma reflexão sobre a subjetividade”, pois o “valor” do trabalho, “no sentido antropológico e ético, não no sentido

⁵HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002, p.276.

⁶ Ibidem.

⁷HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

⁸ Ibidem, p. 113.

⁹ Ibidem, p. 114.

¹⁰Ibidem, p. 114

econômico”¹¹, induz a uma hierarquia social, que envolve relações de “‘opressão’, de ‘dominação’, e não de ‘desigualdade’ ou ‘injustiça’”¹².

Portanto, não existe a primazia do econômico ou a sua dissociação das relações sociais de sexo, e sim uma “ligação indissociável entre “opressão sexual (e de classe) exploração econômica (e de sexo)”, que perpassa o conjunto das relações sociais e, portanto, a organização social do trabalho. Ao introduzir uma “subjetividade efetiva, ao mesmo tempo ‘sexuada’ e de ‘classe’”, permite “reconceitualizar o trabalho”¹³.

Diversas disciplinas têm tratado da problemática da divisão sexual do trabalho, tais como a história, cujo objeto de preocupação é a relação entre trabalho doméstico e trabalho profissional, família e salário, ou a economia, com estudos sobre o trabalho doméstico e a divisão familiar do trabalho, e suas implicações no trabalho profissional e no emprego. O diálogo entre antropologia social, psicodinâmica do trabalho e a sociologia do trabalho tem permitido identificar questões transversais, como “a da relação entre o biológico e o social, entre natureza e cultura, entre sexo e gênero”¹⁴, e a relação entre gênero e tecnologia.

Para Delphine Gardey¹⁵ as mulheres sempre trabalharam ao longo da história e ao longo de suas vidas, e não existiram dois tempos históricos distintos, correspondendo um ao período em que as mulheres trabalharam, sobretudo, somente no espaço doméstico sem remuneração, e outro no qual atuaram, majoritariamente, fora de seu domicílio e eram assalariadas. Por isso, considera importante proclamar esse fato, porque “as categorias habituais da análise econômica e social durante muito tempo e frequentemente omitiram ou negaram as atividades femininas”¹⁶, valorizando mais o trabalho assalariado e ocultando o trabalho das empregadas domésticas, comerciantes, campesinas, e principalmente, das donas de casa. O que leva a pergunta: “o que está em jogo na capacidade de uma atividade ser chamada de ofício?”¹⁷.

Christian Baudelot¹⁸ avalia que o crescimento da instrução e da participação

¹¹ Ibidem, p. 113

¹² Ibidem, p. 114

¹³ Ibidem, p. 277

¹⁴ Ibidem, p. 119

¹⁵ GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In: HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade*. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

¹⁶ Ibidem, p. 37

¹⁷ Ibidem, p. 44

¹⁸ BAUDELLOT, Christian. Nada está decidido. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade*: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003, 315.

das mulheres no mercado de trabalho, ocorridos nos últimos cinquenta anos, permitiram que elas rompessem o “jugo plurissecular” de serem mantidas em casa a serviço dos homens, mas ao mesmo tempo, essas mudanças impuseram, na escola e no trabalho

[...] uma fórmula banal de igualdade na diferença: aos homens, as funções “prometéicas” que levam ao poder, ao domínio da natureza e aos negócios; às mulheres, “as funções relacionais” da “lei não escrita” que se materializam nos serviços. Aos homens, as funções dominantes; às mulheres, as posições dominadas, tanto no âmbito da sociedade inteira, como dentro de cada grupo profissional¹⁹

Desta forma, apesar de na escola, durante o ensino fundamental e médio, as mulheres serem melhores que os homens, elas estão ausentes das carreiras científicas no ensino superior. Elas são superqualificadas nos empregos que ocupam, mas são subempregadas e recebem salários inferiores, pois a organização do trabalho quebra “as igualdades ou a supremacia de competências estabelecidas pela escola”²⁰.

Da vida privada a indústria e até na crise do emprego há uma espécie de marca de servidão nas mudanças envolvendo as mulheres, levando-as, a ocuparem no mercado de trabalho as “funções de reprodução (escola, saúde), da conservação de empresas e escritórios (limpeza, hotelaria e funções de secretariado, ‘a governante do escritório!’), da relação (vendedoras, caixas e mais geralmente empregos terciários)”²¹. Na indústria, ocupam os espaços que envolvem “atividades socializadas dos trabalhos de agulha, da costura ou da cozinha: têxteis, couro e pele, conexão de cabos na informática, agro-alimentar”. Com as mudanças no mundo do trabalho, compreendendo os novos empregos, tais como trabalho temporário, trabalho parcial e prestação de serviços, elas escapam “à servidão doméstica para, sob uma forma profissionalizada, reatar com a servidão pública e socializada dos serviços às pessoas e dos empregos de proximidade”²².

Para Daune-Richard²³ persiste a manutenção da evolução da atividade feminina em determinadas profissões “guetizadas”, ou seja, a diversificação da formação das

¹⁹ Ibidem, p. 315.

²⁰ Ibidem, 316.

²¹ Ibidem, 316.

²² Ibidem, 316.

²³ DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p.76.

mulheres ainda não produziu “efeitos equivalentes em termos de diversificação e de qualificação dos empregos ocupados”. Ao se considerar a distribuição de homens e mulheres no emprego e também nas carreiras de formação, “o critério ‘técnico’ surge como extremamente discriminatório” (ibidem), pois, a própria concepção de técnica remete à ideia de transformação da natureza, origem da concepção moderna de trabalho, na qual é redefinida a divisão sexual do espaço social. Desta forma, o masculino vincula-se à modernidade da razão, do trabalho, da liberdade e da cidadania, enquanto o feminino é associado à antiga ordem social da família, da dependência e da naturalidade. Em outras palavras, o homem é visto como o portador da cultura e a mulher como submissa à natureza. A instrumentalização de um trabalho, (re) define, então, os ofícios e exclui as mulheres por se basear na “articulação técnica-ofício-homem” (ibidem). As representações do que tem valor social em masculino e feminino, operam também no mundo do trabalho pela qualificação de empregos e salários.

No mundo do trabalho, essa operação passa pela qualificação dos empregos enquanto “estimação do seu valor social” e, in fine, pelo preço que lhes é atribuído. Pois, os sistemas salariais são sistemas de símbolos que, utilizando a linguagem universal da moeda, ditam a visibilidade e a invisibilidade das competências, sua legitimidade e, no fim das contas, a verdade dos atores e das relações de força nas negociações.²⁴

As informações acerca da relação salarial diferenciada entre homens e mulheres, apesar da presença feminina em postos qualificados, anteriormente reservados aos homens, levam Rachel Silveira²⁵ a considerar que persistem preconceitos sociais.

Uma parte não justificada das desigualdades remete à persistência de certos preconceitos sociais: pressuposição quanto à menor disponibilidade e ao menor engajamento das mulheres no trabalho, menos obrigações de ordem financeira e material no caso das mulheres, etc.²⁶

Neste sentido, avalia que as mulheres não recebem o mesmo salário porque não ocupam os mesmos empregos que os homens. Portanto, a persistência da segregação profissional, e da estruturação do mercado de trabalho justifica, em grande medida, essa situação, ou seja, “as mulheres continuam sendo ‘atraídas’ para a base da escala

²⁴Ibidem, p. 76.

²⁵ SILVEIRA, Rachel. Os salários: mantidas as condições desiguais? In: HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p.155.

²⁶ Ibidem, p. 155.

salarial, absorvidas pelas empresas e pelos setores que pagam menos”. Essa situação demonstra que “o acesso aos empregos qualificados e o reconhecimento das qualificações ainda são determinantes na redução das desigualdades”, o que exige incorporar nas análises sobre as diferenças salariais no mercado de trabalho, “variáveis não estritamente econômicas e discriminação indireta”²⁷.

Nessa perspectiva, a compreensão das desigualdades salariais exige analisar também “as formas de fixação dos salários, o papel do Estado, as convenções coletivas”²⁸, pois elas são menores nos países com negociação salarial centralizada, altos níveis de sindicalização, inclusive de mulheres, apoiada na intervenção de parceiros sociais com objetivos identificados com a redução das faixas salariais ou a valorização dos baixos salários.

Para Silveira²⁹ “é mais importante mobilizar os princípios gerais de fixação da remuneração que a existência de mecanismos que visem a obtenção de igualdade de remuneração”, ou seja, “a igualdade de remuneração supõe uma ação anterior aos próprios processos de formação dos salários, e não medidas, a *posteriori*, de correção das desigualdades”.³⁰ Desta forma, a situação oposta, de fragilidade de organização sindical e inexistência de negociação centralizada, pode reforçar a discriminação salarial, particularmente quando o Estado não intervém para fixar um salário mínimo.

Diante disso, defende a criação de mecanismos de fixação salarial que garantam a igualdade salarial entre homens e mulheres, valorizem os trabalhos tidos como “femininos”, reconheçam a qualificação profissional das mulheres. Entre outros, ela apresenta como instrumentos positivos, como por exemplo:

[...] a existência de um salário mínimo interprofissional; uma forma centralizada de negociação salarial; sistemas de classificação e de remuneração mais transparentes, que em sua elaboração e em sua continuidade apelem para uma participação mais forte dos representantes dos trabalhadores, especialmente das mulheres.³¹

No Brasil, apesar da redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, sua permanência refere-se à valorização diversa atribuída aos trabalhos considerados

²⁷ Ibidem, p.158.

²⁸ Ibidem, p.158

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem, 159.

³¹ Ibidem, 164

masculinos e femininos³². Além disso, a combinação sexo/raça persiste tendo uma grande repercussão no mercado de trabalho, e diversos estudos demonstram que o grupo social mais discriminado é o das trabalhadoras negras. Ou seja, “o mercado de trabalho não tem apenas uma segmentação de gênero, mas também de raça/cor”³³. Isso significa que na pirâmide de distribuição salarial, em primeiro lugar, aparecem os homens brancos, seguidos das mulheres brancas, em terceiro estão os homens negros, e ao final as mulheres negras. Outro elemento importante é a repercussão da escolaridade das mulheres, pois a apesar da escolaridade feminina superar a escolaridade masculina a partir do nível médio, a concentração das mulheres em áreas do conhecimento como artes, humanas, biológicas e saúde, qualifica-as para a ocupação de postos de trabalho considerados “guetos profissionais femininos”³⁴, que têm menor prestígio e, conseqüentemente, menor remuneração.

O fato da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro estar concentrada em tarefas ligadas, direta e/ou indiretamente, à reprodução da vida, espaço pouco valorizado do ponto de vista salarial, abre a possibilidade de considerarmos que, talvez, uma das explicações possível da desvalorização do magistério e, conseqüentemente, dos baixos salários, em especial do “magistério primário”³⁵, pode estar vinculada à menor valorização das tarefas ligadas, direta e/ou indiretamente, às funções de reprodução da vida, compreendidas como tarefas femininas. Desta forma, a qualificação profissional que envolve o domínio dos conteúdos e a capacidade de ouvir, cuidar, acompanhar, ensinar, é percebida como “qualidade feminina”³⁶, e não como ofício.

A concepção do salário da mulher como complementar ao do homem, e do trabalho realizado pelas mulheres como menos importante socialmente, contribui para a percepção do magistério primário como inerente à “natureza” feminina, pois a obrigação de garantir os espaços de reprodução da espécie humana cabe somente às

³²BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p. 347

³³Ibidem, 355

³⁴Ibidem, 355

³⁵Utilizamos o termo “magistério primário” para designar o corpo docente que atua na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

³⁶DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 65-76.

mulheres, e esse trabalho deve ser realizado de forma gratuita, com carinho e dedicação, não sendo visto, portanto, como uma tarefa social e de responsabilidade de homens e mulheres. Sendo vinculado à natureza feminina, não é um trabalho qualificado. ARROYO³⁷ ao refletir sobre o ofício de mestre analisa que

Cada grupo de docentes tem experiências peculiares do reconhecimento social. Os professores de educação infantil carregam uma imagem difusa, pouco profissional.

[...] A professora das primeiras séries da educação fundamental carrega outra imagem social mais definida, porém ainda pouco profissional [...].³⁸

Essas imagens interferem e definem o lugar no sistema salarial que as professoras da educação básica, em especial aquelas que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, vão ocupar. Elas perpassam a história da educação brasileira, com consequências para as políticas de valorização do magistério.

Os estudos sobre o trabalho docente e a feminização do magistério

Na constituição do magistério da educação básica no Brasil existiu, no primeiro momento, a exclusividade e em seguida o predomínio da presença masculina, situação modificada ao longo dos anos com o crescimento da participação das mulheres, denominado como processo de feminização do magistério. Esse processo é um fenômeno mundial e a compreensão dessa realidade tem sido objeto de estudos de pesquisadores/as como Michael Apple³⁹ e Mariano Enguita⁴⁰. A história da feminização do magistério brasileiro vem sendo reconstituída por várias/os pesquisadoras/os, entre eles/elas, Zeila Demartini e Fátima Antunes⁴¹ (1993), Cristina Bruschini e Tina Amado⁴² (1988), Jane Almeida⁴³ (1995), Fúlvia Rosemberg, Edith

³⁷ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre*. Petrópolis: Vozes, 2002.

³⁸Ibidem, p. 30.

³⁹APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (60): 3-14, fev. 1987.

⁴⁰ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.4, 1991.

⁴¹DEMARTINI, Zeila de Brito; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, 5-14, ago. 1993.

⁴²BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, 4-13, fé. 1988.

⁴³ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. In Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 18ª Reunião Anual, 1995, Caxambu, MG, mimeo.

Piza e Thereza Montenegro⁴⁴, 1990.

A feminização do magistério no Brasil pode ser considerada como uma decorrência das lutas feministas por escolarização das mulheres e participação no mundo público, e não apenas como uma retirada dos homens desse espaço de trabalho⁴⁵. Segundo Almeida, a seção feminina da Escola Normal de São Paulo era direcionada às “jovens de poucos recursos e às órfãs sem dote”⁴⁶, situação que significava interdição ao “sonho de um bom casamento”⁴⁷, pois esse se apoiava em bases econômicas. Portanto, sendo difícil casar, era necessário conseguir uma forma de subsistência proporcionada “por uma profissão digna, de acordo com o ideal feminino e que não atentasse contra os costumes herdados dos portugueses de aprisionar a mulher no lar e só valorizá-la enquanto esposa e mãe”, para não sobrecarregarem a sociedade⁴⁸.

Carmen Moraes⁴⁹relata o debate ocorrido, em 1896, sobre a proposta de transformar o Seminário da Glória, instituição destinada ao “recolhimento de meninas órfãs e desprovidas de recursos”⁵⁰, em “escola profissional para formar professoras”. Um dos argumentos em defesa da proposta era a possibilidade de desviá-las de “profissões inferiores”, inserindo-as em uma “nobilíssima missão”, “que há de ser no futuro, o privilégio das mulheres”⁵¹. A autora informa que,apesar do projeto não ter ido adiante, o acesso das jovens aos estudos no Seminário da Glória, possibilitava atuarem como professoras “em escolas, colégios particulares ou em casas de família”.

Assim, ser professora era uma maneira aceitável de sobrevivência, que esvaziava a conotação negativa do trabalho remunerado feminino, sob a máscara da nobreza da vocação e do papel missionário da função. Segundo Demartini e Antunes essa “era a única profissão respeitável e única forma institucional de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30”⁵². Mas também era uma

⁴⁴ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: Estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e REDUC (Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação), 1990.

⁴⁵Almeida (1995, p.6)

⁴⁶Ibidem, p.6)

⁴⁷Ibidem, p.6)

⁴⁸Ibidem, p. 5-6

⁴⁹MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *Bragança A Socialização da Força de Trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*.Paulista: EDUSF, 2003, p.313.

⁵⁰Ibidem, p. 313.

⁵¹Ibidem, p.313.

⁵²Demartini e Antunes⁵² (1993, p.8)

profissão de alto prestígio social para as mulheres numa sociedade com baixos índices de escolarização, além de lhe permitir dignidade no seu modo de vida.⁵³

Consequentemente, o processo de feminização do magistério veio acompanhado de desigualdades, tais como a ascensão na carreira que beneficiava mais aos homens que às mulheres, maior dificuldade de acesso aos estudos posteriores, o processo de nomeação que compreendia além do conhecimento exigido nos exames, o pertencimento da professora ao grupo de mulheres de reconhecida honestidade, e a diferença salarial.

Michel Apple⁵⁴ resgata um modelo de contrato de trabalho de 1923 de uma escola norte-americana, no qual eram feitas várias exigências de comportamento social às professoras, como “não estar acompanhada de homens [...] não desperdiçar tempo em sorveterias [...] não trajar roupas de cores brilhantes”⁵⁵. O Regulamento do Ensino Primário da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de 1954⁵⁶, apresenta concepção similar ao listar como itens integrantes do Boletim de Merecimento, o comportamento da professora fora do espaço escolar. Ou seja, a presença feminina no mercado de trabalho precisava ser controlada, por isso a regulação do trabalho envolvia elementos de sua vida pessoal. Hirata⁵⁷ em seu estudo comparativo Brasil-França-Japão, encontra situação similar no que concerne aos alojamentos femininos japoneses, nos quais a vida pessoal e a vida profissional são controladas pela empresa, demonstrando que essa postura relaciona-se ao tempo/espaço de cada sociedade na sua forma de estruturação da divisão social e sexual do trabalho.

Uma estratégia para a diferenciação salarial entre docentes era a vinculação do salário às disciplinas ensinadas. Os homens deveriam ensinar leitura, escrita, aritmética, geometria, princípios da moral cristã, leitura da Constituição e História do Brasil. Já as mulheres, lecionariam apenas as quatro operações fundamentais, excluindo a geometria, prendas que servissem à economia doméstica, sendo a geometria uma das mais valorizadas. Como somente aos homens era permitido ensinar

⁵³PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (60): 3-14, fev. 1987, p.77.

⁵⁶ROCHA, Maria da Consolação Rocha. *Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte*. São Paulo: Faculdade de Educação/Universidade do Estado de São Paulo, 2009 (Tese Doutorado).

⁵⁷

tal conteúdo, o salário recebido por eles acabava sendo maior que o das mulheres.

A questão salarial do magistério estava vinculada ao papel social do trabalho feminino e, conseqüentemente, à visão de complementaridade do salário da mulher na família. Exemplo disso é a proposta apresentada em 1914, pelo diretor da Escola Normal de São Paulo, o Prof. Oscar Thompson, ao sugerir o estabelecimento de novos critérios para o escalonamento salarial das/os professoras/es, conforme os seguintes aspectos: “1. a localização da escola; 2. a categoria da escola; 3. a série em que o professor lecionava; 4. o sexo do professor”⁵⁸. A fim de justificar a inclusão deste último item, o Prof. Thompson afirmava as diferentes responsabilidades de professor e de professora:

É sabido que o professor tem maiores responsabilidades civis que a professora. O professor é sempre o chefe da família. Pesam exclusivamente sobre seus ombros as obrigações do lar. A professora é em regra casada e com o esposo divide o peso dos encargos de família. Raras vezes a professora é, entre nós, a responsável pelas despesas domésticas. Não é justo, pois, que ambos, em posições diversas, percebam os mesmos vencimentos. Não pretendemos com isto a discriminação dos honorários das professoras, mas desejamos que se algum aumento for possível ele seja em benefício dos professores.⁵⁹

Posteriormente, outra estratégia de diferenciação salarial foi a vinculação da remuneração de acordo com o nível de ensino, correspondendo aos anos iniciais os mais baixos salários. Como as mulheres concentravam-se nesses degraus inferiores da pirâmide ocupacional, mantinha-se a diferença salarial entre homens e mulheres na realização na mesma atividade ocupacional⁶⁰. Diante do aviltamento dos salários docentes, nos anos 1980 e 1990, algumas análises sobre a feminização envolvem o debate da proletarização e desvalorização do magistério como aquelas realizadas por Apple⁶¹, Enguita⁶², Hipólito⁶³.

Para Enguita⁶⁴ a forte presença das mulheres no magistério vinculava à

⁵⁸DEMARTINI, Zeila de Brito; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, 5-14, ago. 1993, p.7.

⁵⁹Ibidem, p. 7

⁶⁰ROCHA, Maria da Consolação. *Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1996 (Dissertação de Mestrado).

⁶¹Ibidem

⁶²Ibidem

⁶³HYPÓLITO, A. L. M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Paulo: Campinas: Papyrus, 1997.

⁶⁴Ibidem

profissão duas concepções arraigadas na sociedade: a idéia de que o salário da mulher é complementar ao do homem, e a visão do magistério como um emprego temporário para a mulher, e mais flexível por permitir o arranjo entre as tarefas domésticas e as profissionais. Entretanto, várias pesquisas apontavam, por um lado, que essas mulheres realizavam uma jornada de trabalho semanal superior a 35 horas sem considerar as tarefas extra-escolares, como a correção de cadernos, provas, planejamento etc., realizadas em casa, que correspondiam ao acréscimo de 5 a 15 horas de trabalho em casa⁶⁵⁶⁶. Por outro, os estudos demonstravam que o salário das professoras era fundamental na composição da renda familiar⁶⁷⁶⁸.

Outros estudos realizados no mesmo período identificaram a presença de um discurso ideológico do caráter vocacional do magistério, que buscava encobrir as concretas condições das relações de trabalho das professoras, esvaziar o seu conteúdo profissional, limitar sua capacidade de reivindicações salariais e educacionais, estabelecendo a pedagogia do possível, entre eles o de Eliane Marta Lopes⁶⁹.

Léa Paixão⁷⁰ demonstrou que a presença e a permanência das mulheres no magistério estavam associadas a uma multiplicidade de fatores tais como, a possibilidade de romperem com padrões femininos dentro dos limites sociais estabelecidos, exercendo um trabalho de importância social e tendo independência financeira. Para Nilma Lino Gomes⁷¹ o magistério possibilitava o acesso a um espaço social de detenção/transmissão do conhecimento, no qual as mulheres, em especial as negras, vêm ocupando uma profissão de domínio do saber, papel negado durante anos à sua raça.

Os estudos realizados a partir do final dos anos 1990 buscam também compreender as questões educacionais numa perspectiva de gênero⁷². Entre elas,

⁶⁵ ROSEMBERG; PIZA; MONTENEGRO (1990);

⁶⁶ROCHA (1996)

⁶⁷ MELLO, Guiomar Namó. Ensino de 1º grau: as estratégias da transição democrática In: MELLO, Guiomar Namó(coord.). *Educação e Transição Democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1985, p.30.

⁶⁸ ROCHA (1996)

⁶⁹ LOPES TEIXEIRA. Eliane Marta. *Da sagrada missão pedagógica*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1991. (Tese, Professora Titular, Educação).

⁷⁰ PAIXÃO, Lea. *Trajetórias escolares e profissionais de professoras primárias mineiras que iniciaram a carreira antes de 1940*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1992. (Tese, Doutorado em Educação).

⁷¹ Nilma Lino Gomes⁷¹ (1994)

⁷² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n.16(2): 5-22, jul/dez.1990.

destacamos Guacira Louro⁷³, Marília Carvalho⁷⁴, Daniela Auad⁷⁵, Cláudia Vianna⁷⁶, Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum⁷⁷, pela amplitude de temáticas abordadas a partir dessa perspectiva tais como as políticas públicas, os movimentos docentes, a formação de professores/as da educação básica, ação pedagógica na sala de aula.

A organização do magistério da educação básica por valorização profissional

Apesar de seu trabalho ser compreendido como temporário, seu salário concebido como complementar, seu comportamento ser controlado, as professoras da educação básica tem ocupado as ruas para exigir melhores condições de trabalho e de vida e há décadas lutam pela valorização da profissão e por um salário digno. A história de suas lutas é emblemática.

As associações de docentes são antigas no Brasil, e surgiram nos anos 1930 e 1940, simultaneamente à própria organização das redes de ensino público. Em Minas Gerais, foi através da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), criada em 1931 e transformada em 1981 em Associação de Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG), que lutaram por pautas gerais como a luta pelo voto feminino, contra a bomba atômica, pela Assembleia Constituinte, e por pautas específicas envolvendo o plano de carreira do magistério, a aposentadoria especial, a regulamentação da profissão, a instituição do quinquênio e da progressão horizontal.

Mas, foram as greves realizadas desde a década de 1950 a expressão pública de sua capacidade de organização e, se não ruptura, pelo menos de enfrentamento, aos preconceitos direcionados ao seu papel na sociedade. Monlevade⁷⁸ ao relatar a greve de 1954, ressalta o fato das professoras primárias terem impedido a entrada de homens

⁷³ Guacira Louro⁷³ (1998), Marília Carvalho⁷³ (1999, 2001), Daniela Auad⁷³ (1999, 2005, 2006), Daniela Auad e Rosana Monti Henkin⁷³ (2008), Cláudia Vianna⁷³ (1996), Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum⁷³ (2003, 2004).

⁷⁴ CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã / FAPESP, 1999. v. 1. 247 p.

⁷⁵ AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006. 100 p.

⁷⁶ VIANNA, C. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 75-85, 1996.

⁷⁷ VIANNA, Cláudia e UNBEHAUM, Sandra. Gênero e políticas de educação: impasses e desafios para legislação educacional brasileira. In GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

⁷⁸ MONLEVADE, João Antônio Cabral de Monlevade. *Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública*. Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese Doutorado),

na assembleia, exceto jornalistas, pois o governo Juscelino Kubistchek tentou controlar o “ponto” das grevistas, através dos diretores e inspetores escolares, em sua maioria do sexo masculino.

Maria Therezinha Nunes⁷⁹ relata que durante a greve de 1959, o boletim da Arquidiocese de Belo Horizonte era pródigo de matérias de apoio ao movimento, mas também de certa descaracterização de sua autonomia política, através de um discurso masculino que se apresentava como direcionador da luta dessas mulheres. Na década de 1970, conquistam o Estatuto do Magistério com previsão de progressão e acesso na carreira. E em 1979 tomam as ruas da capital, em greve que se tornou histórica pela participação da categoria, demonstrando uma enorme capacidade de resistência às pressões e perseguições realizadas pelo governo, e pelo apoio público que receberam de grande parte da população mineira.

Irma Bonacini⁸⁰ ressalta que os problemas vivenciados pelo magistério mineiro eram comuns aos/às educadores/as de outros estados como “salários baixos; falta de estabilidade; a não existência de um quadro de carreira; não cumprimento de lei do pagamento por habilitação; a não regulamentação do estatuto do magistério; concursos atrasados”⁸¹. Essa situação propiciou a generalização das greves da educação pelo país, envolvendo redes estaduais do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, unificou o magistério com outros segmentos da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e envolveu o debate sobre sua estratégia mais geral. Segundo Monlevade⁸² a

[...] valorização do professor passava necessariamente pela unificação de todos os trabalhadores em educação, pela fundação e filiação a uma Central Sindical Nacional (que viria a ser a CUT), pela defesa da escola pública, pelo Piso Salarial Profissional, pela Carreira Unificada e pela Formação Profissional Inicial e Continuada sob responsabilidade dos Poderes Públicos⁸³

⁷⁹ NUNES, M. T. Consentimento ao poder masculino: a resistência possível das professoras primárias mineiras na greve de 1959. In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003, Poços de Caldas. *26ª Reunião Anual da ANPEd*, 2003.

⁸⁰ BONACINI, Irma Luiz. *A maior aula em praça pública trabalho, política e imaginário das professoras primárias em Minas Gerais*(1979-1980). Campinas:Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, (Tese Doutorado)

⁸¹ Ibidem, p.7.

⁸² MONLEVADE, João Antônio Cabral de Monlevade. *Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública*. Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese Doutorado).

⁸³Ibidem, 56.

A luta pela valorização profissional, com piso salarial, plano de carreira e condições dignas de trabalho, com tempos reservados aos estudos e planejamentos, é, portanto, parte da história da luta pela democratização da educação brasileira. Ela guarda vínculos com as políticas governamentais e a organização sindical dos/as profissionais da educação. Ela traz para a cena política, novos sujeitos sociais, expressando as demandas da classe trabalhadora, e, sobretudo, traz para a cena política as mulheres trabalhadoras. Ela modificou a geografia política do país, e, particularmente, dos 853 municípios mineiros, transformando as professoras em protagonistas do enfrentamento ao conservadorismo político em suas cidades.

Considerações Finais

A educação, em todos os níveis, envolve elementos de cuidado, de maternagem e paternagem, posturas inerentes ao humano. Neste sentido, consideramos relevantes as preocupações apresentadas por Angélica Sátiro⁸⁴ sobre a necessidade do cuidado, enquanto um conceito ético, ser incorporado no debate a respeito das macropolíticas econômicas atuais e as reflexões de Helena Hirata sobre o trabalho doméstico, realizado gratuitamente “ao longo da vida inteira”⁸⁵.

Para nós, o debate acerca do cuidado é fundamental para compreendermos a dimensão dos afetos presentes nos ofícios “femininos” e que envolvem duas questões importantes: a relação entre subjetividade e produtividade, e entre trabalho e afetividade.

A permanência de uma concepção sexista nas políticas de valorização do magistério da educação básica, em especial do magistério primário, exige uma reflexão a partir dessa complexidade existente no trabalho realizado no espaço doméstico, da relação entre “sentimento amoroso e trabalho das mulheres”⁸⁶, para compreendermos como ela repercute na realização de tarefas similares no espaço público. Neste sentido, destacamos cinco aspectos que consideramos relevantes para a compreensão desua

⁸⁴SÁTIRO, Angélica. Reflexões tênues sobre o bambu, as sementes e as flores. In *CONFERÊNCIA “RESISTÈNCIA I VALORS FEMINISTES DAVANT LA GLOBALITZACIÓ”*, Observatori d’Ètica Intercultural, 16 e 17 de abril de 2002, Parc Científic, Barcelona, mimeo

⁸⁵ Hirata (2004, p.44).

⁸⁶ Ibidem, p.45)

articulação com a divisão sexual do trabalho.

O **primeiro** envolve as estratégias de controle estatal sobre o trabalho das professoras, a partir da determinação dos conteúdos a serem ministrados, da fiscalização do funcionamento das escolas⁸⁷. Dalila Oliveira⁸⁸, Deolidia Martínez⁸⁹, Manuela Garcia e Simone Anadon⁹⁰ avaliam que as novas formas de regulação do trabalho docente a partir das reformas educacionais ocorridas na América Latina nos anos de 1990, envolvem novos elementos de controle do trabalho docente, caracterizados pelo aumento de tarefas a serem realizadas pelas/as professoras/os, a responsabilização pelo desempenho do estudante, medido através de avaliações sistêmicas, causando uma auto-responsabilização e culpa, a intensificação do seu trabalho e, conseqüentemente, frustrações, desencantos e adoecimento.

O **segundo aspecto** relaciona-se às políticas públicas direcionadas ao pessoal do magistério da educação básica que buscam reduzir direitos conquistados ao longo dos últimos anos tais como, a licença maternidade, a licença saúde, a participação em atividades sindicais. As “novas”⁹¹ políticas remuneratórias, ao vincularem os “bônus” ao desempenho estudantil e/ou a presença nas escolas, além de responsabilizarem exclusivamente os/as docentes pelo sucesso/fracasso escolar, desconsideram a permanência de relações sociais que imputam, sobretudo, às mulheres as tarefas de cuidado com seus familiares. Desta forma, ausentar da escola para levar um/a filho/a ao médico e/ou algum parente, bem como para cuidar de sua saúde é compreendido como absenteísmo, passível de punição com repercussão na remuneração e na carreira. Essas concepções estão publicizadas nas legislações, em documentos e nas propostas de políticas educacionais de governos de diferentes esferas⁹².

O **terceiro** vincula-se à uma concepção sexista do trabalho docente na

⁸⁷ APPLE (1987) e ENGUITA (1991)

⁸⁸ OLIVEIRA, Dalila Andrade. El trabajo docente y la nueva regulación em América Latina. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p. 17-32.

⁸⁹ MARTINEZ, Deolidia. Nuevas regulaciones. Nuevos sujetos. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p. 33-52.

⁹⁰ GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma Educacional, intensificación del trabajo docente, cuidado y género. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p. 181-204.

⁹¹ Políticas remuneratórias similares estão expressas no Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 e no Regulamento do Ensino Primeiro de Belo Horizonte, de 1954.

⁹² ARELARO, Lisete Regina Gomes. *Os Fundos Públicos no Financiamento da Educação - O Caso FUNDEB: justiça social, equívoco político ou estratégia neoliberal?* Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação. USP: setembro, 2004.

educação infantil. A charge da prova de redação do primeiro concurso para o cargo de Educador Infantil⁹³ na Prefeitura de Belo Horizonte é exemplar ao expressar uma concepção governamental a respeito da/o profissional necessário para a realização dessa tarefa. A charge traz uma escola em formato de corpo feminino no qual entram para o ventre várias crianças, explicitando que o exercício deste trabalho não exige profissionais, mas mães, tias, avós, mulheres desprendidas para cuidar e amar as crianças.



Imagem 1: Charge da Prova para o cargo de Educador Infantil/PBH/2004

Como consequência desta concepção, o **quarto** aspecto é a permanência e o recrudescimento da desvalorização do magistério, sobretudo na educação infantil observada nas pequenas e grandes cidades e mesmo nas capitais, a exemplo de Belo Horizonte, cuja política discriminatória está presente na constituição de planos de carreira distintos, que estabelecem remuneração, jornadas de trabalho e condições funcionais diferenciadas dos demais docentes da educação básica, apesar da definição legal de isonomia salarial e de carreira única⁹⁴.

O quinto aspecto envolve a regulamentação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)⁹⁵, que mesmo sendo e extremamente limitado, pela duração da jornada e por seu valor financeiro, estabelece um parâmetro mínimo salarial, abaixo do qual nenhum ente federado pode remunerar o trabalho docente. Sua consolidação exige a capacidade de mobilização docente nos estados e municípios, bem como de pressão e negociação centralizada nacionalmente para pressionar os diferentes entes federados no sentido de cumprimento da “Lei do Piso”.

Compreendermos o PSPN como um instrumento de fixação salarial para um trabalho feminino, mesmo que ainda distante de uma classificação de remuneração que reconheça e valorize esta tarefa “feminina”, e a remunerar em patamares semelhantes

⁹³ O cargo de Educador Infantil foi criado em 2003 e transformado em cargo de Professor para Educação Infantil em 2012, como resultado parcial da luta das professoras da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte pela unificação da carreira docente.

⁹⁴ Lei 11.738 de 16 de julho de 2008; Resolução CEB/CNE 02/2009.

⁹⁵ O PSPN foi estabelecido pela Lei 11.738/2008 e envolve o piso profissional e a definição de 1/3 da jornada de trabalho dedicada ao planejamento educacional. Conhecida como Lei do Piso, enfrentou pedido de inconstitucionalidade por diversos governos estaduais, derrubados pelo STF em 2011. A exigência de cumprimento da Lei do Piso é pauta de reivindicação do magistério em todo o território nacional.

às outras atividades que exigem a mesma qualificação profissional. A sua existência possibilita ampliar o debate na sociedade sobre as políticas de valorização do magistério, sobre qual é o valor do trabalho docente, e como ele deve ser remunerado. Permite a reflexão sobre as políticas públicas, entre elas aquelas destinadas à infância e à juventude, e como se articulam com as políticas de valorização dos/as profissionais que atendem a esse segmento da população.

Permite ainda, analisar como as políticas encaminhadas pelas Coordenadorias dos Direitos da Mulher, os Conselhos dos Direitos da Mulher e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), compreendem a ação do Estado na construção do fortalecimento das mulheres, promovendo “uma nova perspectiva de gênero do ponto de vista das políticas públicas”⁹⁶. Essas políticas têm como pontos históricos a luta pela garantia da autonomia econômica com acesso a emprego e renda; a socialização do cuidado dos indivíduos a partir de equipamentos sociais tais como, creches e escolas, em período de tempo integral, restaurantes populares, etc.; a construção de estruturas físicas que possibilitem uma política mais efetiva de combate à violência contra as mulheres, o fortalecimento da cidadania das mulheres.

Contudo, parece inexistir uma articulação entre as propostas direcionadas às mulheres da cidade, e aquelas destinadas às mulheres funcionárias das administrações públicas, como se elas não fizessem parte do conjunto das mulheres da cidade. Ou seja, as políticas de fortalecimento das mulheres, realizadas pelos governos em diferentes esferas, não se articulam com as políticas de regulação das relações de trabalho direcionadas ao magistério da educação básica que têm um papel imprescindível na ampliação dos direitos de cidadania da população feminina, pelas tarefas que desenvolvem junto à população

Sintoma disso é o silêncio, até o momento, das Coordenadorias dos Direitos da Mulher, dos Conselhos dos Direitos da Mulher e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) no debate e nas lutas protagonizadas pelas professoras pela aplicação efetiva da Lei do Piso. Além disso, esses organismos institucionais parecem não influenciar as políticas de recursos humanos nas diferentes esferas governamentais, pois os planos de carreira, as políticas de pessoal e as negociações

⁹⁶GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 57.

das pautas de reivindicações do magistério, repercutem no setor público a divisão sexual do trabalho perpetuando a desvalorização do trabalho feminino.

Para nós, a ruptura com esta concepção marcadamente sexista que orienta a política de valorização docente exige o direcionamento de políticas orientadas para a valorização do trabalho feminino. Elas só se concretizam a partir da capacidade organizativa do movimento sindical docente, com a presença das mulheres na elaboração e negociação das mesmas, bem como com a incorporação de uma reflexão sobre as concepções de Estado, as opções políticas de seus governos, e a repercussão nas relações sociais da divisão social e sexual do trabalho.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. In Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 18ª Reunião Anual, 1995, Caxambu, MG, mimeo.

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (60): 3-14, fev. 1987.

APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p. 14-23, fev. 1988.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. *Os Fundos Públicos no Financiamento da Educação - O Caso FUNDEB*: justiça social, equívoco político ou estratégia neoliberal? Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação. USP: setembro, 2004.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre*. Petrópolis: Vozes, 2002.

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos*: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. 100 p.

BAUDELLOT, Christian. Nada está decidido. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade*: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003, 315-322.

BONACINI, Irma Luiz. *A maior aula em praça pública trabalho, política e imaginário das professoras primárias em Minas Gerais (1979-1980)*. Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, (Tese Doutorado).

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, 4-13, fé. 1988.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chaga, 1992, p.295.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. *Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*, ABEP e NEPO, Campinas, abril de 1998.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. *Seminário Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho*, IPEA, Rio de Janeiro, maio de 1994.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p.323-356.

CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã / FAPESP, 1999. v. 1. 247 p.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p. 65-76.

DEMARTINI, Zeila de Brito; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, 5-14, ago. 1993.

ENGUITA, Mariano. As relações sociais da educação, 1: a domesticação do trabalho. In *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.4, 1991.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma Educacional, intensificación del trabajo docente, cuidado y gênero. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p. 181-204.

GARDEY, Delfhine. Perspectivas históricas. In: HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade*. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003 p.37-54.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p. 111-124.

HYPÓLITO, A. L. M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Paulo: Campinas: Papirus, 1997.

KERGOAT, Daniele. “Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l’analyse critique des categories dominantes à la mise en place d’une nouvelle conceptualization” in *Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984. p.207-220.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GOULART, Maria Inês M. A criança e a construção do conhecimento. In: CARVALHO, A. et al. *Desenvolvimento e aprendizagem*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LOPES TEIXEIRA. Eliane Marta. *Da sagrada missão pedagógica*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1991. (Tese, Professora Titular, Educação).

MARTINEZ, Deolidia. Nuevas regulaciones. Nuevos sujetos. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p.33-52.

MELLO, Guiomar Namó. Ensino de 1º grau: as estratégias da transição democrática In: MELLO, Guiomar Namó(coord.). *Educação e Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1985, p.30.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de Monlevade. *Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública*. Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese Doutorado).

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A Socialização da Força de Trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

NUNES, M. T. Consentimento ao poder masculino: a resistência possível das professoras primárias mineiras na greve de 1959. In: 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas. *26ª Reunião Anual da ANPEd*, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. El trabajo docente y la nueva regulación em América Latina. In: *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, p. 17-32.

PAIXÃO, Lea. *Trajetórias escolares e profissionais de professoras primárias mineiras que iniciaram a carreira antes de 1940*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1992. (Tese, Doutorado em Educação).

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

ROCHA, Maria da Consolação. *Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1996 (Dissertação de Mestrado).

ROCHA, Maria da Consolação Rocha; OLIVEIRA, Cristiane Nunes; LACERDA, Thaís Tavares. Educação infantil e a luta pela isonomia salarial e de condições de trabalho: a experiência da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. *Espaço Feminino*, Minas Gerais, v. 15, n.18, 2006 p. 151-172.

ROCHA, Maria da Consolação Rocha. *Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte*. São Paulo: Faculdade de Educação/Universidade do Estado de São Paulo, 2009 (Tese Doutorado).

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: Estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e REDUC (Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação), 1990.

SÁTIRO, Angélica. Reflexões tênues sobre o bambu, as sementes e as flores. In: *CONFERÊNCIA “RESISTÈNCIA I VALORS FEMINISTES DAVANT LA GLOBALITZACIÓ”*, Observatori d’Ètica Intercultural, 16 e 17 de abril de 2002, Parc Científic, Barcelona, mimeo.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n.16(2): 5-22, jul/dez.1990.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SILVEIRA, Rachel. Os salários: mantidas as condições desiguais? In: HIRATA, Helena e MARUANI, Margaret (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003, p.151-164.

VIANNA, C. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 75-85, 1996.

VIANNA, Cláudia e UNBEHAUM, Sandra. Gênero e políticas de educação: impasses e desafios para legislação educacional brasileira. In GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.